Capítulo 7

Considerações finais: repensar os movimentos para repensar as ciências sociais

Alexis Cortés

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CORTÉS, A. Considerações finais: repensar os movimentos para repensar as ciências sociais. In: *Favelados e pobladores nas ciências sociais: a construção teórica de um movimento social* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 345-360. Sociedade & política collection. ISBN: 978-85-7511-477-3. <https://doi.org/10.7476/9788575114773.0008>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REPENSAR OS MOVIMENTOS PARA REPENSAR AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Durante o século XX, tanto o Movimento de *Pobladores* quanto o Movimento de Favelados representaram um permanente desafio compreensivo para as ciências sociais. Se, por um lado, estas últimas contribuíram para o reconhecimento da importância política da mobilização popular urbana, por outro, os movimentos urbanos constantemente desbordaram os moldes analíticos nos quais os tentaram enquadrar. Contudo, as compreensões dos movimentos de *pobladores* e favelados oscilaram entre a novidade e o réquiem dos mesmos, enquanto ambos experimentavam processos de adaptação e metamorfose frente às novas situações sociais que deviam enfrentar.

A revisão crítica da literatura do século XX sobre movimentos urbanos, que foi aqui apresentada, mostra a necessidade de pensar a ação coletiva dos pobres das cidades da América Latina superando algumas das tensões e dicotomias cultivadas pelas diferentes escolas de interpretação da questão social urbana na América Latina. Repensar os movimentos para além da oposição entre *free-riders* e os marginalizados radicais parece ser uma das primeiras leituras a serem superadas. As diversas formas de construir demandas urbanas por parte dos setores populares respondem mais à possibilidade de utilizarem uma determinada forma de pressão ou de organização dependendo da situação social na qual se encontrem, as quais estarão sujeitas ao desenvolvimento

de um determinado processo político-social. A reivindicação privatista ou a radicalidade não são atributos (essências) dos atores, nem os elementos constitutivos de uma determinada identidade social apriorística, mas variações de um repertório estratégico que se ativará dependendo de conjunturas favoráveis ou restritivas a um determinado tipo de ação coletiva. E, nesse processo, os pobres das cidades vêm mostrando bastante habilidade para saber quando usar uma forma ou outra.

Os elementos expostos também justificam a necessidade de repensar o Movimento de *Pobladores* e de favelados para além das oscilações teóricas das ciências sociais sobre movimentos sociais que reproduziram um ciclo analítico de redescobrimento, réquiem e negação. Embora seja impossível mapear a trajetória de ambos os movimentos sem a revisão ampla (e ao mesmo tempo crítica) da literatura que tentou compreender este movimento social (ou justificar sua inexistência), a tarefa parece ser sua superação.

Particularmente no Chile, apesar da riqueza da produção bibliográfica sobre o tema, a tendência foi acompanhar as descon continuidades dos próprios ciclos de mobilização dos movimentos de pobres urbanos. As elaborações teóricas e as pesquisas foram mais profusas nos momentos de alça ou de irrupção dos movimentos, enquanto nos períodos de recolhimento dos mesmos o tópico do urbano-popular tendeu a sair das agendas de pesquisa dos cientistas sociais. Como repensar a questão da descontinuidade dos movimentos urbanos?

Por outra parte, existem tensões que atravessaram os diferentes debates aqui revisados que podem iluminar novos caminhos de compreensão de *pobladores* e favelados como atores sociais e do papel das ciências sociais nesse exercício. A questão da autonomia/heteronomia dos movimentos, a espontaneidade/institucionalização, a expressividade-ruptura/estabilidade-negociação e a ameaça/promessa são dicotomias que devem ser repensadas para também reconsiderar o papel das ciências

sociais na coprodução dos movimentos estudados. A segunda parte deste apartado pretende entregar algumas luzes sobre estes desafios.

Temporalidade e espaço nos movimentos urbanos

Do ponto de vista da compreensão conceitual da questão continuidade/descontinuidade dos movimentos populares urbanos, um exercício que pode ser frutífero é a incorporação ao debate de algumas noções da Teoria dos Processos Políticos, ou melhor dito, da sua versão mais recente, o programa do *Contentious Politics* (MCADAM et al., 2009). Não no sentido de substituir uma determinada teoria por outra, pois umas das reservas necessárias frente a estes autores, particularmente nos trabalhos mais atuais, é a amplitude de sua definição de movimento social, o que os têm levado a expandir seus interesses de pesquisa a toda forma de contestação política descuidando os próprios movimentos sociais. É notável constatar que enquanto a definição de Alain Touraine restringia de sobremaneira as experiências que poderiam entrar na sua definição de movimento social, no caso de Tarrow, Tilly e companhia, os movimentos sociais se diluem nas ações coletivas de confrontação política. Não tem muito sentido o que alguns autores (GARCÉS, 2012) vêm realizando ao reduzir o debate teórico dos movimentos sociais ao cumprimento dos critérios que esses autores definem como sendo parte de um movimento tal, pois quase tudo pode entrar na definição. A questão é a incorporação crítica e seletiva de algumas categorias que podem ser úteis para superar a leitura da descontinuidade desses movimentos.

Sob esta lógica, o movimento social é uma forma de ação complexa, não um ator nem um grupo, pelo qual não experimentam histórias naturais como os indivíduos (formação, florescimento, mudança e desaparecimento) (TILLY, 1995). A contestação política acontece quando oportunidades e restrições políticas criam

incentivos para que atores sociais, que não possuem mais recursos que a ação coletiva, atuem desafiando com um repertório determinado às autoridades e a grupos poderosos (TARROW, 2009). Apesar do viés estrutural da sua proposta (GOODWIN e JASPER, 1999), eles chegam a uma categoria especialmente útil para compreender a trajetória dos movimentos sociais, a saber, o conceito de ciclos de mobilização:

Entendo ‘ciclo de confronto’ como uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão de ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não organizada: e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades. Esse confronto tão disseminado produz externalidades que dão aos desafiantes ao menos uma vantagem temporária e permite que superem a fraqueza na sua base de recursos. Ele exige que o Estado monte amplas estratégias de reação que são ou repressivas ou facilitadoras, ou uma combinação de ambas. E ele produz resultados gerais que são mais do que a soma dos resultados de um agregado de eventos desconectado (TARROW, 2009, p. 182).

A categoria de ciclos de mobilização enfatiza a condição processual da mobilização, e não pode ser vista como eventos isolados uns dos outros. Assim, momentos de auge (ondas de mobilização) e momentos de crise (fim repressivo de um movimento) formam parte de uma mesma trajetória que deve ser compreendida integralmente. Em particular, esta categoria resulta útil para superar as leituras deprimentes que surgem quando um ciclo de mobilização culmina em repressão e o que foram ondas de contestação derivam

numa desilusão. Como diria Aristide Zolberg “*Post coitum omnia animal triste*” (apud TARROW, 2009, p. 183).

Porém, se esta perspectiva tem o mérito de transformar a história e o tempo em mais que simples contextos para os movimentos sociais, apesar de alguns esforços tardios (TILLY, 2000), a questão da espacialização dos movimentos sociais continua sendo um grande desafio para esta teoria (BRINGEL, 2011, 2012). Mas a questão do espaço vem sendo incorporada sistematicamente pela geografia crítica (HARVEY, 2008; SANTOS, 2008) nos debates mais recentes dos movimentos sociais, principalmente pela recuperação do legado de Henri Lefebvre (2010) e pelo protagonismo que vem adquirindo o conceito de “direito à cidade” nos movimentos urbanos (BURGOS, 2012; SABATINI e WORMALD, 2004). Nesse sentido, na definição do movimento social como uma categoria geográfica, está presente um grande potencial de enriquecimento conceitual e ampliação do diálogo interdisciplinário para a compreensão desses movimentos.

A expressão movimento social ganha, assim, para a nossa compreensão das identidades coletivas um sentido geográfico muito preciso: é que o vemos como aquele processo através do qual um determinado segmento social recusa o lugar que, numa determinada circunstância espaço-temporal, outros segmentos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais (Bourdieu) que já dispõem tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca de afirmação das qualidades que acreditam justificarem sua existência [...] Assim o movimento (social) é, rigorosamente, mudança de lugar (social) sempre indicando que aqueles que se movimentam estão recusando o lugar que lhes estava reservado numa determinada ordem de significações (PORTO-GONÇALVES, 1999, p. 69).

Tanto o Movimento de *Pobladores* quanto o de Favelados têm sido e podem continuar sendo compreendidos como lutas territoriais eminentemente políticas, embora não seja uma política das grandes avenidas, mas sim uma dos becos dos bairros populares. Afirmar isto vai contra aqueles autores que reduzem a luta dos pobres urbanos à conquista de uma casa. A história desses movimentos, tal como afirmavam os *pobladores* chilenos nos anos 1970, mostra que é “uma luta maior que uma casa”, pois as formas de territorialidade que promovem suas diferentes organizações, a saber, a conformação de espaços populares empoderados no contexto de cidades excludentes, implicam uma disputa direta com o mercado ou com o Estado pela capacidade de decidir sobre o urbano. A luta desses movimentos é, portanto, um exercício de soberania. Por isso, é possível definir os *pobladores* e favelados como construtores populares da cidade, que é outra forma de chamar o fato de decidir sobre suas próprias vidas: por exemplo, quando os pobres urbanos resolvem permanecer num lugar, enquanto o mercado, aliado ao poder público, já definiram sua expulsão para as margens da cidade.

Velhos/novos desafios para a compreensão dos movimentos de *pobladores* e favelados

Enquanto o Movimento de *Pobladores* santiaguino se organizou em torno da conquista da casa, sendo a Tomada de Terrenos a principal forma de ação coletiva, o Movimento de Favelados se constituiu em torno à defesa do direito de permanecer num território já conquistado em base à invasão “espontânea” dos morros cariocas, sendo suas principais bandeiras a “urbanização” e a luta contra as “remoções” desses territórios.

Uma leitura superficial desse dado poderia levar a justificar erroneamente que esta diferença de origem determinaria uma trajetória autônoma e radical entre os *pobladores* de Santiago e uma

subordinada e clientelista entre as associações de favelados cariocas. Porém, tais trajetórias não existiram na prática e seria equivocado considerá-las como tipos ideais de ação coletiva. Assim como muitas das associações cariocas de favelados foram criadas por iniciativa do governo do Estado, o que teria limitado seu potencial de resistência, em Santiago, muitas *Juntas de Vecinos de pobladores* nasceram no marco da lei homônima aprovada pelo governo democrata-cristão de Eduardo Frei Montalva. Aliás, boa parte das tomadas de terrenos do período de maior mobilização foram dirigidas ou incentivadas por partidos políticos incluindo a Democracia Cristã. Este paralelo não é menor, pois exemplifica um elemento que ganha ou perde peso dependendo das interpretações que dominam o campo de estudos da questão urbana num determinado período.

Não existe um antagonismo insuperável entre o movimento social e o Estado. Embora sua relação estivesse cheia de tensões e contradições e o Estado sempre tenha sido o principal alvo das demandas da ação coletiva urbana, na prática, na sua obrigatória interação, mudou o Estado e mudaram os movimentos sociais. Não se deve compreender este tipo de movimento social como uma instância alheia à questão institucional, como espaços de pura espontaneidade, onde qualquer tipo de negociação necessariamente descaracterizará a condição autônoma do movimento, embora possam existir tentativas públicas de intervenção ou controle estatal. Uma negociação entre movimentos e Estado não é sinônimo de abdicação do popular. Essa interação não precisa ser entendida sempre como uma colonização burocrática do social, pois em muitos casos também pode significar uma colonização do social no institucional. A expressividade da ruptura/espontaneidade e a estabilidade dada pelas diferentes formas de institucionalização e negociação dos movimentos são dimensões presentes nos seus diferentes ciclos, independentemente do peso que cada uma dessas dimensões possa adquirir nas diversas conjunturas políticas.

A leitura de *pobladores* e favelados como um novo sujeito revolucionário ou como uma massa de manobra à disposição de projetos populistas responde em boa medida às próprias conjunturas acadêmicas que determinam que uma interpretação seja dominante ou não. As versões otimistas que atribuíam aos pobres urbanos um papel quase emancipatório estavam em simbiose com determinados posicionamentos políticos que buscavam substituir outras visões dentro do campo da esquerda e dos movimentos sociais. Na leitura da passividade, também esse fenômeno está presente, mas de outra maneira, por meio da interpretação de que os pobres urbanos reproduzem os vícios de uma classe operária que não possui “consciência para si” e prefere ser ator passivo de projetos populistas.

Por outro lado, o otimismo interpretativo está relacionado com o que poderia ser entendido como a urgência do presente. Quando a consecução de fatos sociais desafia não apenas as ciências sociais, mas também a ordem social, ou pelo menos quando atores e cientistas acreditam que determinadas ações fazem de uma potencial mudança algo possível, os cientistas sociais se jogam no campo em busca do registro e compreensão do fenômeno com um sentido de urgência tal que pode chegar a comprometer as conclusões de suas pesquisas. Quando um ciclo de mobilização se inicia, é alto o risco de que os pesquisadores superestimem os efeitos da ação coletiva de determinados atores. Este aumento de expectativas transformadoras, por sua vez, pode levar, posteriormente, quando o ciclo inicia sua fase descendente, a que os cientistas subestimem os resultados que ele trouxe. No primeiro caso, o cientista social parece se conceber a si próprio como o profeta do novo e, no segundo, como o coveiro dessa falsa promessa.

Agora, se a urgência por compreender uma sociedade e um ator que parecem experimentar ou propiciar grandes mudanças num intervalo muito curto de tempo pode explicar parte do modo de agir ou pensar dos cientistas sobre um ator social, não se deve

desconhecer o fato de que o estudo de um determinado movimento social, mesmo com distanciamento temporal, também pode ser marcado por mistificações. Assim como quando a recuperação da memória de um movimento é usada para legitimar um grupo que se sente herdeiro desse passado ou quando uma determinada leitura consagra uma interpretação negativista da ação social de um movimento no passado para fortalecer uma alternativa ou uma crítica a um descendente direto desse movimento social.

Mas, em que medida a mudança social deve ser o parâmetro de avaliação de um movimento social? Como no caso das análises de Alain Touraine e seus intérpretes latino-americanos, se medimos o êxito ou mesmo a existência de um movimento social por sua capacidade de mudar a sociedade, seja sob a forma de uma revolução política ou cultural, estaremos condenando à intrascendência a maior parte das ações coletivas que podem ser incluídas dentro dessa categoria. A mudança social evidentemente é uma dimensão da vida dos movimentos sociais, porém sua concreção é altamente improvável, pelo qual não se pode julgar um movimento por um objetivo que, embora possa estar inscrito nas motivações de sua ação, dificilmente se concretizará. Um movimento social derrotado não deixa de ser um movimento social por isso. Porém, embora não se deva medi-lo por sua capacidade de fazer ou não a revolução, não se pode deixar de concebê-lo também na sua virtualidade, ou seja, no seu potencial para atualizar mudanças sociais, políticas ou culturais. É um equilíbrio complicado, mas não por isso deve deixar de ser um componente da pesquisa dos movimentos sociais.

Mesmo na definição de Touraine, o que parece estar em jogo é uma propensão das ciências sociais à idealização dos movimentos de pobres urbanos. A definição dos movimentos sociais realizadas pelo intelectual francês estabelece um critério de pertencimento tão restritivo que dificulta enormemente a tarefa de inclusão de alguma experiência de ação coletiva nessa categoria. Estabelece-se assim uma idealização teórica do que deve ser um movimento social

que termina por desqualificar as expressões reais dos movimentos. O conceito começa a ser mais importante que a própria realidade.

A definição dos movimentos sociais como movimentos autônomos também é uma forma de idealização muitas vezes defendida pelos cientistas sociais. Porém, acadêmicos e intelectuais estão longe de ser os guardiões da autonomia, apesar de suas declarações de boas intenções. Primeiro, porque não existem movimentos sociais puramente autônomos. Pelo menos no âmbito urbano aqui estudado, favelados e *pobladores* construíram seus movimentos com a colaboração, e às vezes o obstáculo, de partidos, igrejas, intelectuais e outros movimentos. Segundo, porque muitas vezes a pré-dica da autonomia esconde um projeto político, geralmente não declarado, dos próprios cientistas. A relação intelectual/movimento já supõe uma forma de heteronomia. Mas isto não quer dizer que necessariamente esta relação esteja determinada por uma forma de manipulação. O intelectual pode não apenas ser visto como um aliado, mas também como um instrumento. Sua presença pode servir para legitimar determinadas lideranças, pode mediar o acesso a recursos de difícil acesso (imprensa, projetos, financiamentos etc.), e também o acadêmico pode virar um “intelectual orgânico” do movimento, contribuindo à complexificação discursiva na mesma medida que o movimento se complexifica.

É possível destacar o papel intermediador de agentes externos sem tirar protagonismo do movimento social? A afirmação da heteronomia dos movimentos sociais não implica supor que estes sejam o instrumento passivo de uma manipulação externa. Os movimentos sociais se produzem a si próprios, mas em interação com outros atores. Mesmo a presença de agentes externos nas *barriadas* pode ser considerada como um indicador da centralidade política do conflito popular urbano e até como uma forma de amplificação de sua repercussão. Os partidos podem contribuir à politização, à passagem do particular ao geral, mas também à dispersão

e fragmentação desse conflito. A Igreja contribuiu com diversas ênfases a respaldar a organicidade dos movimentos populares, mas também criou formas de controle. As ciências sociais, dependendo das conjunturas político-acadêmicas, têm (des)legitimado teoricamente o estatuto dos movimentos sociais enquanto tais.

Sem dúvida, a concepção dos diferentes movimentos como ameaça ou promessa teve uma importante contribuição para o reconhecimento político, positivo ou negativo, do Movimento de *Pobladores* e de Favelados. Porém, o intelectual pode ser um obstáculo também, suas posições não necessariamente vão se alinhar com os interesses imediatos do movimento, suas omissões seletivas podem criar uma ideia distorcida do movimento ou até ele pode ser visto como o representante de interesses opostos. Isto leva a que muitas vezes o intelectual seja visto com desconfiança, como um aliado dos poderosos ou como um oportunista que busca tirar proveito das experiências populares para progredir no mundo acadêmico e depois abandonar o grupo.

Porém, os intelectuais contribuem à construção de uma memória histórica dos movimentos sociais. Sistematizando suas experiências, discursos e manifestações, sem dúvida aportam para que os movimentos sociais tenham maior consciência sobre sua própria trajetória. Parte importante da formação política das novas gerações de lideranças comunitárias se sustenta, quando a distância geracional dissolve a influência da experiência direta, em parte da produção acadêmica, sobretudo a historiográfica. Muitas vezes a história se incorpora a uma luta atual como um aliado. Por exemplo, o Movimento de *Pobladores* chileno, apesar de suas metamorfoses, seguirá reivindicando a memória da Tomada de Terrenos de *La Población La Victoria* ou do acampamento *Nueva La Habana* (COFRÉ, 2007). E os novos militantes das organizações de favelas eventualmente poderão recuperar a experiência de resistência do Borel para remarcar que existe uma história de lutas que se estende até hoje (FIELL, 2011). Porém, o ineditismo que

em alguns períodos prima nas ciências sociais pode levar a deformar a imagem que eles têm de si próprios, no sentido de que “todo passado foi melhor”, o que, no pior dos casos, pode redundar num imobilismo ou pode levar a uma concepção descontínua da trajetória do movimento que omite períodos significativos, mas menos visíveis, de sua conformação histórica (momentos de refluxo).

Contudo, parece evidente que as ciências sociais contribuem significativamente à autorreflexibilidade do campo popular, embora não necessariamente no sentido proposto por Touraine que aspira a uma “conversão” do movimento a partir do diagnóstico acadêmico. Mas, para o argumento aqui defendido, a questão também é em que medida a experiência do Movimento de *Pobladores* e de Favelados pode contribuir à autorreflexibilidade das próprias ciências sociais.

Tal como foi visto, nas leituras ineditistas ou em chave de novidade dos movimentos estudados está presente uma estratégia de legitimação acadêmica e, ao mesmo tempo, uma ressonância do entrecruzamento de conjunturas políticas e intelectuais. Além do mais, as mistificações das ciências sociais que saem ao encontro de um movimento social puro e autêntico, terminam por virar a principal matéria-prima das teorias negacionistas do potencial político dos atores populares. Agora, o reconhecimento das continuidades nos movimentos, como forma de resposta ao ineditismo, não deve ser sinônimo de desconhecimento da criatividade dos atores sociais em cada período histórico. A superestimação realizada por uma interpretação cria o risco de uma subestimação como réplica, como aconteceu com a crítica carioca aos Movimentos Sociais Urbanos. No fim, a ciência social sobreerreage nas duas direções (otimismo-pessimismo) ante o desafio dos movimentos sociais de base territorial e caráter popular. Ambas são formas de miopia intelectual. Os otimistas olham tão longe que terminam por visualizar uma realidade que não existe e os céticos olham à distância, mas através dos óculos dos otimistas,

distorcendo também o real e negando o potencial presente nesses movimentos. A avaliação se faz sobre a expectativa criada pelas próprias ciências sociais e não sobre a realidade mesma.

Uma matéria pendente neste sentido é um aprofundamento da reflexão sobre o papel do intelectual no estudo dos movimentos sociais. Com isto não me refiro a, uma vez mais, polemizar em torno do binômio compromisso/neutralidade do pesquisador. A questão, neste caso, não é redefinir as noções de pesquisa-ação ou pesquisa-militante para a mudança social e como forma de descolonização das ciências sociais (STAVENHAGEN, 1971), nem separar águas entre autores e instituições comprometidas e aquelas que têm por finalidade desmobilizar politicamente os setores urbano-populares e transmitir a ideologia dos setores dominantes (RODRÍGUEZ et al., 1972). O assunto é problematizar o papel do pesquisador no desenvolvimento dos movimentos sociais, especificamente como coprodutores deles. O intelectual comprometido nem sempre está alinhado com os posicionamentos dos atores estudados, nem aqueles que poderiam ser classificados como não comprometidos com um projeto de transformação social necessariamente deixam de estar identificados com o destino dos sujeitos de sua pesquisa. O ponto é ter maior clareza sobre as consequências que as disputas do campo intelectual podem ter para os movimentos sociais, ainda mais se considerar que ambas as esferas não são alheias ao sistema político e, sobretudo, às disputas da esquerda. Como as ciências sociais podem melhorar sua autoconsciência da performatividade do seu fazer científico?

A afirmação de que não existe neutralidade nas ciências sociais, embora pareça banal, precisa ser constantemente lembrada. Na seleção dos problemas de pesquisa e em alguns dos conceitos nela empregados estão implícitos valores que afetam o curso do raciocínio e que precisam ser explicitados. Tal como assinalava o sociólogo norte-americano C. Wright Mills (1995, pp. 95-6), no seu clássico *A imaginação Sociológica*: “Queira ou não, ou saiba ou

não, todo aquele que emprega sua vida no estudo da sociedade e em publicar seus resultados, está atuando moralmente e, em geral, politicamente também. A questão está em que ou se encara esta situação e acomoda sua mentalidade a ela, ou se a oculta a si próprio e aos outros e vai moralmente à deriva”. Daí a consciência que o pesquisador deve ter da importância ideológica de sua condição de cientista social, não apenas porque seus estudos podem ser empregados de diversas maneiras, como pela carga ideológica que o pesquisar em si porta. Wright Mills emprega o notável exemplo dos teóricos que na primeira metade do século XX divulgaram uma série de noções de “atraso cultural”, das quais as teorias da marginalidade são herdeiras. Esse atraso se estabelecia em relação a uma ideia de progresso que continha boa parte do universo normativo e cultural da classe média norte-americana da qual os pesquisadores eram membros, valores que também faziam parte da ideologia liberal sustentada por essa mesma classe.

Da mesma maneira, é preciso fazer prevenções frente àqueles cientistas que pretendem se consolidar como os intérpretes autorizados de um movimento social autenticamente autônomo ou espontâneo. Obviamente um pesquisador-militante pode chegar a se situar como porta-voz oficial de um movimento popular, mas a questão é se perguntar se realmente existe algo assim como um “intérprete verdadeiro” ou um “movimento social autêntico” ou se são formas de mistificação estratégicas que pretendem consolidar a hegemonia de uma visão por sobre outras dentro do próprio campo popular e intelectual. Os movimentos sociais podem precisar das ciências sociais como forma sistemática de compreensão da realidade social e não como uma nova profecia ou como um espaço de celebração apologética de tudo aquilo que provenha da ação popular.

O auge, durante o século XX, de movimentos como o de *pobladores* ou o de favelados está relacionado com o processo de expansão urbana na América Latina. Cidades que nascem e cres-

cem a um ritmo acelerado, que atraem migrantes que ocupam e disputam os espaços disponíveis. Era de se esperar que, passado esse processo e iniciada a maturação urbana, as lutas, tal como se expressaram anteriormente, perdessem centralidade e magnitude ou ganhassem novos contornos. Esses tipos de lutas não voltarão, mas isso não significa que atores populares como os *pobladores* e os favelados saiam definitivamente do mapa político e acadêmico: a cidade continua sendo um espaço de disputa, e as lutas destes atores continuam mudando e assumindo novas formas. No Rio de Janeiro, a realização de megaeventos esportivos e a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas vêm criando uma nova conjuntura urbana, na qual se pretende impor uma visão de cidade excludente e privatista, mas que teve como efeito inesperado a consolidação de um grande número de formas de contestação que vêm revitalizando lógicas de organizações populares e outorgando nova centralidade à questão urbana (MAGALHÃES, 2013; MARICATO et al., 2013). No Chile, a aparição do que se entende na prática como um “novo” Movimento de *Pobladores* vem concentrando a atenção de um grupo significativo de jovens pesquisadores, ativando um processo de incipiente renovação do campo de estudos do *poblacional* pela aparição de novos movimentos, como o Movimento de Pobladores em Luta (MPL), o que vem marcando um retorno do *poblacional* pelo ressurgimento de formas de resistência e afirmação do direito à cidade pelos atores populares.

Em que medida os novos esforços de compreensão da questão social urbana na América Latina reproduzirão as virtudes e defeitos de um campo de estudos que ao longo do século XX se mostrou extremamente produtivo e controvertido? Ou em que medida as novas leituras superarão as disjunções otimistas/pessimistas sem cair em mistificações, réquiens ou ineditismos? Sem dúvida, parece cada vez mais necessário repensar o Movimento de *Pobladores* e de Favelados à luz das novas experiências de ação co-

letiva e dos novos debates intelectuais que estas trazem. Mas este exercício não se poderá fazer sem, ao mesmo tempo, repensar as próprias ciências sociais e seu papel na (co)produção teórica desses movimentos sociais.